

www.arquitectos.pt
www.oasrs.org
www.oasrn.org

ANO XV Nº 179

DEZ 2007

ARQUITECTOS

A SUL

REUNIÃO DE OBRA #13 PROMONTÓRIO MOSTROU EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO JOVEM

A décima terceira edição do ciclo «Reunião de Obra» levou dezenas de pessoas a visitar o projecto para a praça de Entrecampos, em Lisboa, do ateliê Promontório Arquitectos, a 10 de Novembro passado.

Trata-se de um empreendimento promovido pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, actualmente em construção, que ocupa o espaço do antigo mercado do Rego.

Tem previsto cerca de 700 fogos (a maioria para estudantes) distribuídos por três edifícios, dois blocos de escritórios, cinco mil lugares de estacionamento subterrâneo, uma praça pública em torno da qual o empreendimento se estrutura e a construção de um centro de artes. A exposição deste empreendimento pôde ser vista de 8 a 30 de Novembro na sede nacional da Ordem dos Arquitectos.

COMPLEXO HABITACIONAL ESTORIL-SOL GERA «BASTANTE IMPACTO»

O ARQUITECTO GONÇALO BYRNE FOI O CONVIDADO DA TERCEIRA EDIÇÃO DO CICLO «PARTICIPAR – PASSAR À PRÁTICA». NUMA NOITE DE ENCHENTE NA SEDE NACIONAL DA ORDEM, A 24 DE OUTUBRO, EXPÓS O PROJECTO DO COMPLEXO ESTORIL-SOL, QUE SUBSTITUI O ANTIGO HOTEL DESENHADO POR RAUL TOJAL

O conjunto habitacional que vai substituir o antigo e polémico Hotel Estoril-Sol «tem bastante impacto», disse Gonçalo Byrne. A área bruta construída vai diminuir.

O conjunto habitacional de luxo composto por três torres de vidro, aço e betão ligadas por um bloco em forma de ponte, que vai começar a ser construído em breve nos terrenos onde anteriormente estava o Hotel Estoril-Sol, foi definido na quarta-feira pelo seu projectista, o arquitecto Gonçalo Byrne, como «uma escultura híbrida, uma consola balançada que assume a geografia do vale, que não é nem torre, nem prédio, nem construção horizontal».

Esta «escultura» vai ser uma «porta de entrada» para o Parque de Palmela, uma zona verde que tem origem numa antiga propriedade dos duques de Palmela e que é hoje parque municipal, ocupando a linha de água de um ribeiro num vale fortemente encaixado, profundo e extenso. No século XIX constituía, juntamente com a casa dos duques de Palmela que ainda subsiste, «uma unidade orgânica que foi posta em causa com a construção da linha-férrea e com a abertura da Avenida Marginal».

MENOS 35 POR CENTO DE CONSTRUÇÃO

O novo complexo de luxo ocupa 30 mil metros quadrados acima do solo (28.800 de habitação e 1200 de comércio e serviços) e 23 mil abaixo do solo, com uma altura de 14 pisos e 110 apartamentos, alguns dos quais duplex, estacionamento público e privado. A sua construção obrigou a um Plano de Pormenor e originou a demolição do Hotel Estoril-Sol, um projecto do arquitecto Raul Tojal inaugurado em 1965, em plena época de exploração turística solar.

Gonçalo Byrne recordou que o novo complexo traz uma redução de área bruta construída em 35 por cento relativamente ao velho hotel da linha, mas assumiu que nem isso nem o facto de permitir a ampliação do Parque de Palmela de 3,6 para seis hectares, retira o impacto sobre a frente de mar. «Tem bastante impacto», disse.

O projecto é polémico há muito tempo – por causa da demolição do Hotel Estoril-Sol, por causa do desenho de Gonçalo Byrne – e só assim se entende que a apresentação de um processo iniciado há quatro anos tenha deixado o auditório da Ordem dos Arquitectos a abarrotar de gente (cerca de 150 pessoas) com muita vontade de participar e pôr questões.

DEMOLIÇÃO ESTAVA ACORDADA

«O que me preocupa não é o um por cento dos projectos polémicos, são os 99 por cento que não se discutem», disse Gonçalo Byrne, um arquitecto

que tem no currículo uma vasta experiência de discussão pública das suas opções arquitectónicas mas que considera «que os arquitectos e o público têm ainda muito a aprender nestes processos».

Byrne explicou as condições «de grande complexidade» em que assumiu o projecto: contrato entre a Sociedade Estoril-Sol e a Câmara de Cascais que previa a demolição do Hotel e a sua substituição por apartamentos; uma equipa, já formada, de paisagistas, liderada pelo arquitecto Francisco Caldeira Cabral; e um conjunto de tipologias e parâmetros definidos à partida, entre outras.

Questionado sobre o que pensava da demolição do Hotel Estoril-Sol, – «que também assumi no projecto» – Gonçalo Byrne disse que, embora realizado por «profissionais muito competentes e com qualidade em muitos aspectos, o edifício, que impressionava pela dimensão, foi construído com enorme violência e à custa de uma traseira de baixíssima qualidade».

IPPAR NÃO CLASSIFICOU IMÓVEL

O arquitecto refere-se ao talude que foi cortado para permitir a construção do hotel, nunca consolidado, a que se referiu como «uma cicatriz profunda na paisagem». Gonçalo Byrne recordou, por outro lado, que o Hotel não viria a ser classificado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico, sugerindo este instituto que as entidades municipais pudessem fazê-lo, o que também não veio a acontecer.

O Plano de Pormenor «pressupõe várias intervenções por fazer» e o novo complexo habitacional vai proporcionar o alargamento das faixas de rodagem, dos caminhos pedonais, uma ciclovia e, no geral, «a melhoria substancial da ligação entre o Parque de Palmela e o passeio marítimo, através de túnel» e de uma intervenção que se materializa «numa praça generosa», acrescentou.

PRÁTICA PROFISSIONAL «TRABALHAR COM UM ARQUITECTO» NA INTERNET

A BROCHURA «TRABALHAR COM UM ARQUITECTO», LANÇADA PELA OA-SRS NAS COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DA ARQUITECTURA, PODE SER DESCARREGADA EM WWW.OASRS.ORG.

Intitulada «Trabalhar com um arquitecto», começa por explicar o que faz um arquitecto e quais as vantagens de os edifícios serem projectados por um. As obras assinadas por arquitectos resultam numa maior qualidade de vida e de trabalho, sustenta o guia. Por isso, se passa em revista as diferenças entre recorrer a um arquitecto e recorrer apenas a um engenheiro ou a um empreiteiro. Essas diferenças são tão pertinentes para quem quer construir um novo edifício como para quem quer reabilitar ou remodelar um imóvel, expandir a empresa ou adaptar uma estrutura.

Os vários passos em que se desenvolve um projecto de arquitectura é outra das informações contidas neste livrinho e talvez uma das mais preciosas para os leigos compreenderem a natureza do trabalho arquitectónico.

A edição exorta as pessoas a reflectirem sobre os espaços que habitam para os compreender melhor (o que falta ou o que mais agrada aos espaços que mais frequente?) e a pensar nas perguntas a fazer para planear bem a realização de um projecto (por exemplo, quanto tempo está uma pessoa disposta a disponibilizar para esse projecto; qual é o prazo que existe para o viabilizar, etc.).

Um conjunto de perguntas que deve ser feito aos arquitectos também faz parte desta edição, bem como noções sobre os honorários e sobre como seleccionar um arquitecto.

«Os arquitectos vêem o projecto no seu todo. Resolvem-no com criatividade e sensibilidade. Fazem do seu investimento um bom investimento. Facilitam-lhe a vida, libertando-o de tarefas que desconhece», diz a brochura.

A NORTE

TOMADA DE POSSE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS ELEITOS PARA O TRIÊNIO 2008/2010

A cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos sociais da Secção Regional do Norte (SRN), eleitos para o triénio 2008/2010, realizou-se no passado dia 7 de Novembro, no Clube Literário do Porto.

Teresa Novais é a nova presidente do Conselho Directivo Regional do Norte, Carlos Prata preside a Mesa da Assembleia Regional, José Salgado, o Conselho Regional de Admissão, João Mesquita, o Conselho Regional de Disciplina, e Jorge da Costa, o Conselho Regional de Delegados.

No seu discurso, a nova Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte agradeceu o apoio e a confiança depositada na equipa eleita. Salientou, como um dos principais objectivos para o triénio, a execução da nova sede da SRN, que permitirá resolver os problemas de constrangimento de espaço com que a SRN se defronta, e criar melhores condições para enfrentar os desafios de uma Ordem em crescimento constante.

A cerimónia da tomada de posse dos Órgãos Sociais contou com a presença do Presidente eleito do Conselho Directivo Nacional, João Belo Rodeia.



OA-SRN (Catarina Cadima)

OA-SRN NA CONCRETA 07

Decorreu, entre os dias 23 a 27 de Outubro, a 23ª Feira Internacional de Construção e Obras Públicas «Concreta 07», na Exponor em Matosinhos.

Já com uma participação assídua nesta Feira, em respostas aos sucessivos convites e desafios lançados pela organização, a OA-SRN tem apostado numa presença vocacionada para o lançamento e divulgação de serviços que permitam a aproximação do arquitecto aos vários agentes da construção, numa perspectiva de credibilização e divulgação da profissão.

Na passada edição lançou o **Procura Arquitecto**; este ano, o manual **Trabalhar com Arquitecto**, desenvolvido em parceria com a Secção Regional do Sul, e o serviço **Plataforma de Contactos**, apostando ainda na divulgação do directório on-line lançado em 2006.

A disponibilização de um espaço com características semelhantes ao da passada edição, reforçou a bem sucedida aposta no mesmo modelo de stand que, pela abertura nas suas 4 frentes e dissolução no espaço de circulação, permitiu o fácil e imediato intercâmbio com o vasto público da feira.

O interesse e curiosidade foram generalizados, traduzindo o sucesso de mais esta iniciativa.

A concretização e a execução do stand, cuja produção esteve a cargo do Pelouro da Encomenda e Emprego, só foram possíveis com o apoio das seguintes entidades, a quem a OA-SRN desde já agradece.

Workplan execução do Stand
Tafibra, Sonae Industria madeiras
Siscad informática
Oswaldo Matos iluminação
Superdecor pufs
Axa Seguros seguro do stand

A OA-SRN agradece também a presença de todos os Membros que tiveram a oportunidade de visitar o seu stand na Concreta 07.

PELOURO DA ENCOMENDA E EMPREGO, OA-SRN



Susana Neves

EM TRÂNSITO #016 SURFACE-SUBSURFACE WEISS/MANFREDI ARCHITECTURE/ LANDSCAPE/URBANISM

Marion Weiss e Michael Manfredi, do atelier Weiss Manfredi Architecture/Landscape/Urbanism, de Nova Iorque, apresentaram no passado dia 21 de Novembro, a conferência «em trânsito» #016 sob o tema *Surface-Subsurface*, no Cinema Passos Manuel. Esta foi a primeira vez que a dupla de arquitectos apresentou o seu trabalho em Portugal.

Entre os projectos referenciados, destaque para o premiado Museu da Terra, em Ithaca, Nova Iorque, o Barnard College Nexus, Nova Iorque, e o Parque de Esculturas Olímpico do Museu de Arte de Seattle, vencedor do Prémio Verde Veronica Rudge de Desenho Urbano da Universidade de Harvard.

A conferência contou com a participação de cerca de 160 pessoas.

Em trânsito é uma linha de programação aberta da OA-SRN que tem como objectivo partilhar e ampliar a programação cultural com ligação à arquitectura, com outras entidades e instituições. Esta iniciativa é desenvolvida desde 2005 e já contou com a participação dos arquitectos Nikolaus Hirsch [Alemanha], Florian Nagler [Alemanha], Marcel Meili [Suíça], Juan Ignacio Intxausti [Espanha], Mark Wigley e Beatriz Colomina [Estados Unidos], Hans Ibelings [Holanda], Walter Angonese [Itália], Sergison Bates [Inglaterra], Peter St. John [Inglaterra], Angel Alonso [Espanha], Andrej Hrausky [Eslovénia], O'Donnell + Tuomey [Irlanda], Hermann Czech [Áustria] e Jamie Fobert [Inglaterra].



Museum of the Earth Ithaca, Nova Iorque



PS 42 Robin Hood Foundation Library Arverne, Nova Iorque



Seattle Art Museum Olympic Sculpture Park, Seattle, WA



Barnard College Nexus New York, Nova Iorque

NACIONAL

PANCHO GUEDES MANIFESTOS, ENSAIOS, FALAS, PUBLICAÇÕES

No passado dia 30 de Outubro foi lançado o livro «Manifestos, Ensaios, Falas, Publicações» de Pancho Guedes com apresentação pela sua editora, Ana Vaz Milheiro, que salientou o facto de este ser o livro idealizado por Pancho Guedes, para quem a Ordem criou as condições necessárias, da edição e tradução dos textos ao design gráfico, e o facto inacreditável de este ser o seu primeiro livro. Manuel Vicente manifestou a honra por, na sua fugaz presidência da Ordem, estar na mesa de lançamento de um livro que vem com muitos anos de atraso por ser há muito merecido, que dá a conhecer os textos e as obras de um arquitecto excepcional.

Pancho Guedes agradeceu à Ordem a edição do livro e a todos que colaboraram na sua execução com eles partilhando a sua autoria. A sessão continuou com uma «fala» de Pancho Guedes sobre a sua obra e as histórias que a rodeiam, no seu estilo único, bem humorado e irónico, dando a conhecer novas imagens do seu fundo de arquivo inesgotável. No final, Miguel Santiago, cujo doutoramento sobre a obra de Pancho Guedes foi já publicado, felicitou o trabalho efectuado e apelou à concretização de uma grande retrospectiva da obra de Pancho Guedes. A fechar, Malagatana deu a conhecer um outro Pancho, um construtor, que reconhece as qualidades que há nos homens e os ensina a trabalhar aquilo que há em si.



Luís Rocha

HABITAR PORTUGAL 2003/2005 ITINERÂNCIA NACIONAL EM 2007 TERMINA NA MADEIRA

A exposição da selecção «Habitar Portugal 2003/2005», uma iniciativa Ordem dos Arquitectos/Mapei, com o apoio do Instituto das Artes, termina a sua digressão de 2007, no Centro de Artes da Calheta (até 6 de Fevereiro de 2008).

A selecção de 77 obras efectuada por José António Bandeirinha (comissário geral), Telmo Cruz (Área metropolitana de Lisboa), Gonçalo Canto Moniz (Área Metropolitana do Porto), Ivo Oliveira (Norte), Armando Rabaça (Centro), João Matos (Sul) e Nelson Mota (Ilhas), foi apresentada em todo o país, com o objectivo de divulgar a arquitectura portuguesa e criar uma identificação local com um património contemporâneo nacional para o qual todas as regiões dão o seu contributo.

A exposição «Habitar Portugal 2003/2005» foi deliberadamente pensada sem mensagem, ou seja, apenas pretende da forma o mais eficiente possível dar a conhecer a selecção de 77 obras de arquitectura, escolhidas por regiões; no final o visitante deverá falar das obras e não do suporte de apresentação.

Uma exposição com custo de execução controlado e sem despesas de manutenção; mas ao mesmo tempo itinerante, de baixo custo de transporte e montagem, adaptável ao espaço disponível de apresentação.

DEZEMBRO 2007

Mais de uma centena de notícias, de televisões à imprensa local, falaram do conteúdo exposição; foi montada em antigas igrejas, em átrios de teatros até em centros de exposições; contou com a colaboração e apoio financeiro de todas as instituições de acolhimento; um catálogo esgotado; e milhares de visitantes de todas as idades. São os parâmetros pelos quais se poderá medir o desenrolar deste Habitar.

«Habitar Portugal 2003/2005» foi coordenada por João Afonso e Ana Vaz Milheiro, com design gráfico de Pedrita+ Frederico Duarte; tendo no caso da exposição e do catálogo participado na coordenação Jorge Nunes e no design Pedro Teixeira Melo, Cristina Cascais e Paulo Condez. A produção da exposição foi acompanhada por Maria Miguel (Marketing), Rita Palma e Ana Paulista (produção e programação) e François Pechereau (acompanhamento das montagens ao longo do roteiro da itinerância).

Em 12 de Janeiro de 2007 inaugurava, na Ilha de São Miguel, a primeira apresentação da itinerância nacional da exposição «Habitar Portugal 2003/2005» cuja primeira inauguração ocorrera em Lisboa, no Dia Mundial de Arquitectura de 2006. Começava a sua digressão com um auspicioso número de mais de 10 000 visitantes após 3 meses no Centro Cultural de Belém.

Foram dez as localidades e locais, alguns deles integrando a selecção apresentada, que esta exposição visitou: Ponta Delgada, no Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado; Coimbra, no Círculo de Artes Plásticas de Coimbra; Sines, no Centro de Artes de Sines; Vila do Conde, no Auditório Municipal; Vila Real, no Teatro de Vila Real; Tavira, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos; Guarda, no Teatro Municipal da Guarda; em Beja, na Casa da Cultura de Beja; e para terminar na Calheta, no Centro das Artes/Casa das Mudanças. Uma apresentação possível graças aos protocolos estabelecidos com todas as instituições de acolhimento e o generoso apoio das suas equipas na montagem da exposição.

Visitas guiadas pelos comissários e pelos coordenadores da exposição, programas educativos para crianças e jovens, conferências por autores de obras incluídas na selecção e debates com arquitectos sobre temas de interesse local ou justificados no âmbito da mostra, foram alguns dos programas complementares que enriqueceram a apresentação da exposição atraindo públicos diversos.

Ao fim da tarde do passado dia 21 de Novembro, no Centro de Artes da Calheta, algumas dezenas de convivas brindaram à inauguração da exposição. Antes, mais de quarenta mil visitantes já tinham deambulado por essa mostra da arquitectura contemporânea portuguesa. Há motivos para celebrar!



© APXX

ARQUITECTURA DO SÉCULO XX EM PORTUGAL EM SÉRIE DE TELEVISÃO PROTOCOLO OA-RTP

A Ordem dos Arquitectos, no âmbito das suas atribuições de defesa e promoção da arquitectura, e a Rádio Televisão de Portugal, S.A. (RTP), no âmbito do Serviço Público de Televisão, nas frequências da RTP 2, especialmente vocacionada para a cultura, assinaram um protocolo de parceria para disponibilização de conteúdos, acompanhamento do Serviço Público de Televisão e implementação de iniciativas conjuntas.

No presente Protocolo foi desde já acordada a concepção e apoio à produção, por parte da OA, de uma série de 4 programas televisivos, com a duração unitária aproximada de 30 minutos, que se irá denominar «Arquitectura Portuguesa do Século XX», assegurando a RTP a sua transmissão e promoção, ficando em aberto a sua edição em outros suportes como por exemplo DVD.

Os programas, baseados numa ideia original de João Afonso e Ana Vaz Milheiro, incidirão sobre os temas da habitação colectiva e individual, trabalho, lazer, equipamentos e espaço público, e contarão com a participação de Alexandre Alves Costa, Manuel Graça Dias, José António Bandeirinha e Nuno Portas que guiarão os telespectadores (estimados em 250 000 a 300 000, na hora provável de transmissão) ao longo da arquitectura do século passado, dando a conhecer obras, paradigmáticas e representativas, ao grande público.

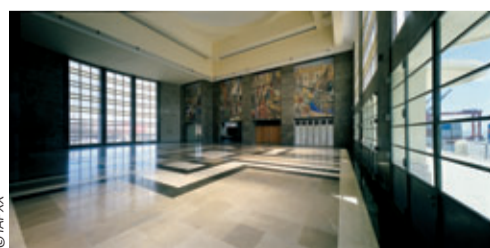
A série, conforme protocolado será produzida pela «BUS, Produção Imagem Design» que, entre outros programas, produz o magazine de divulgação cultural «Câmara Clara» e, no âmbito da arquitectura, produziu recentemente a entrevista-documentário da exposição «Pancho Guedes, an alternative modernist» (patente em Basileia até 20 de Janeiro). A série foi já incluída na grelha de programação da RTP2 de 2008, encontrando-se em fase de concepção.



Conjunto Habitacional Praça de Portugal (Plano Integrado de Setúbal) (1978-1984), Arq. Vitor Figueiredo



Liceu Diogo Gouveia (Beja) (1930-1934), Arq. Luís Cristino da Silva



Gare Marítima (Porto de Lisboa) Arq. Porfírio Pardal Monteiro

LIVRO DE RECLAMAÇÕES EM ATELIER/ESCRITÓRIOS DE ARQUITECTURA

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de Novembro, que vem agora introduzir uma obrigatoriedade mais generalizada de existência de livro de reclamações em novos estabelecimentos de prestação de serviços e após levantada a questão por um Membro da Ordem dos Arquitectos, entende o CDN publicar a seguinte informação no âmbito da obrigatoriedade ou não na utilização deste instrumento em Ateliers/Escritórios de Arquitectura.

1. A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, teve como objectivo alargar ainda mais o âmbito das entidades privadas que devem possuir livro de reclamações. O critério seguido para a delimitação dessas entidades teve a ver com a natureza de fornecedor de bens e prestador de serviços que tenha contacto com o público.

2. O Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de Novembro, vem agora otimizar este instrumento, introduzindo novos estabelecimentos e uma obrigação geral, para todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que não se encontrem identificados no anexo do Diploma.

3. Assim, no seguimento desta obrigatoriedade geral, e apesar de não constar dos anexos do presente Decreto-Lei especificamente a prestação de serviços de Arquitectura, cremos que este serviço, e em particular os Ateliers de Arquitectura, se podem ver enquadrados no Artigo 2.º, do Capítulo I, no âmbito da alínea a) e b), que passamos a transcrever:

«a) Estabelecimentos que se encontrem instalados com carácter fixo ou permanente, e neles seja exercida, exclusiva ou principalmente, de modo habitual e profissional, a actividade; e
b) Tenham contacto com o público, designadamente através de serviços de atendimento ao público destinado à oferta de produtos e serviços de manutenção das relações de clientela».

4. Em síntese, pode-se dizer que os Ateliers/Escritórios de Arquitectura, instalados com carácter fixo ou permanente e que mantenham relações de clientela durante a prestação de serviço, se encontram obrigados a dispor de livro de reclamações nos seus serviços. Atendendo ainda, à tendência crescente de alargamento dessa obrigação a cada vez mais entidades, cremos que seria de adoptar a prática de os Arquitectos disporem de tal instrumento nas instalações dos serviços que tenham contacto com o cliente, como é, por exemplo, o caso dos Ateliers/Escritórios de Arquitectura.

5. No entanto, ao analisar o presente Decreto-Lei deparamo-nos, mais uma vez, com uma omissão por parte do legislador em relação à Arquitectura, e que nos levanta dúvidas, pois não fica claro, no caso de um Atelier/Escritório de Arquitectura, qual será a entidade de controlo de mercado competente, para a qual existe a obrigatoriedade de envio da folha de reclamação e alegações.

6. Acreditando que essa competência não está nas atribuições da Ordem dos Arquitectos, previstas no Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, seria de encarar a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) como a entidade reguladora competente, conforme previsto, no Artigo 5.º, no ponto 3, que alega que na ausência de uma outra entidade reguladora, será a ASAE a opção.

TERESA LANÇA, ASSESSORA JURÍDICA DOS SERVIÇOS NACIONAIS

O DESPERTAR DA POLÍTICA DE ARQUITECTURA E PAISAGEM?

FÓRUM EUROPEU DE MATOSINHOS
 NOS PASSADOS DIAS 11 E 12 DE OUTUBRO,
 REPRESENTANTES DOS ESTADOS MEMBROS
 DA UNIÃO EUROPEIA (UE) REUNIRAM-SE EM
 MATOSINHOS PARA DEBATER O TEMA
 «ARQUITECTURA E TERRITÓRIO», ESCOLHIDO
 PARA CENTRO DAS ATENÇÕES DO OITAVA
 REUNIÃO CONSECUTIVA DO FÓRUM EUROPEU
 DAS POLÍTICAS DE ARQUITECTURA.

A proposta do tema partiu da Ordem dos Arquitectos (OA), enquanto principal responsável pela organização do encontro. Note-se, em todo o caso, que o tema inicialmente proposto, «Arquitectura e Paisagem», não encontrou acolhimento junto das entidades governamentais. Embora o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, recentemente aprovado pela Assembleia da República, preveja a futura existência de uma política nacional da arquitectura e da paisagem, a combinação destes dois ingredientes parece suscitar, pelo menos por agora, alguns receios e incómodos.

Seja como for, a paisagem não deixou de estar presente no Fórum, como se pode verificar pelo encaadamento dos sub-temas nele debatidos:

- Arquitectura, território e paisagem;
- Arquitectura, indústria cultural e desenvolvimento;
- Políticas de arquitectura e paisagem.

A insistência na paisagem não se justifica apenas à luz da obrigação de o Governo preparar uma política nacional de arquitectura e paisagem, aberta ao contributo dos municípios. Está também em causa quebrar um certo isolamento elitista para o qual os arquitectos se deixam arrastar. Se em Portugal a arquitectura for dissociada da paisagem, mais facilmente se perpetuará o ponto de vista daqueles que confundem a política de arquitectura com uma política dirigida à satisfação das reivindicações dos arquitectos... Não é esse o entendimento que prevalece na União Europeia, onde a chamada «Directiva Arquitectos» de 1985 deve a sua razão de ser à vontade política de proteger o interesse público que se expressa na criação arquitectónica, na qualidade das construções, na sua inserção harmoniosa no ambiente circundante, no respeito das paisagens naturais e urbanas bem como do património colectivo e privado.

Perante estes dois entendimentos divergentes, compreende-se que a OA tenha encarado o Fórum de Matosinhos como uma oportunidade para levar Portugal a convergir com a Europa, colocando a política portuguesa de arquitectura na linha de rumo do interesse público. Alguns passos foram dados nesse sentido, quer pela vizinhança das iniciativas do Município de Matosinhos em prol da arquitectura, quer pelas mensagens que o Fórum fez chegar aos meios de comunicação social, quer ainda por efeito dos debates travados nos Paços do Concelho concebidos por Alcino Soutinho.

Na escolha do local do Fórum foi determinante o facto de o Município de Matosinhos ter apostado na arquitectura como um dos motores do seu desenvolvimento. Para essa opção muito contribuiu a circunstância de nesta cidade se situarem as obras de juventude de Siza Vieira e de nela se localizar a futura Casa de Arquitectura, destinada a recolher o espólio deste expoente da cultura arquitectónica portuguesa. Mas as gentes de Matosinhos não se limitaram a consagrar a obra do seu ilustre conterrâneo. Encontraram nela a fonte de inspiração para

uma política municipal de arquitectura que hoje marca a fisionomia de toda a cidade (arquitectura e paisagem incluídas)... Dito de outra forma: Matosinhos é um exemplo vivo da estratégia proposta na Carta de Leipzig (Maio de 2007), designadamente quando neste documento da UE se propõe a noção de *Baukultur* (traduzível por «cultura arquitectónica») como uma das vias a prosseguir pelas cidades europeias que ambicionam alcançar um desenvolvimento sustentável.

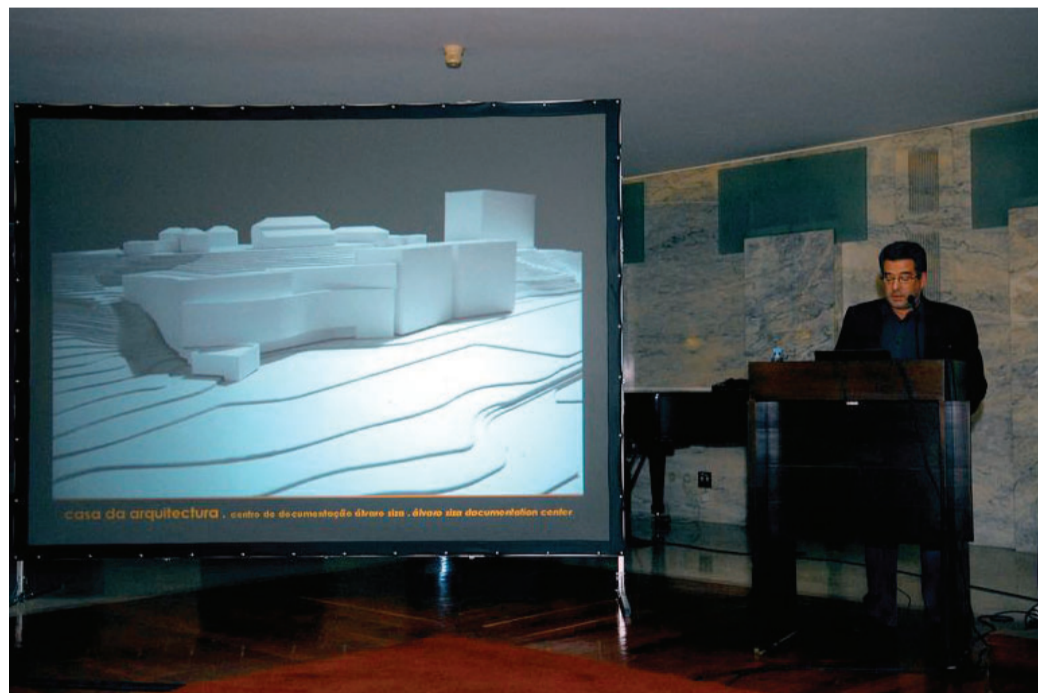
De Matosinhos os participantes provenientes de outros países europeus levaram do Fórum a certeza de que, em Portugal, há pelo menos um município que pratica uma política municipal de arquitectura alinhada com os princípios sugeridos pela UE. A questão está em difundir esses mesmos princípios um pouco por todo o País, para que todos os portugueses possam desfrutar da mesma qualidade arquitectónica, urbanística e paisagística. O futuro dirá se o Fórum de Matosinhos foi um episódio passageiro, que mal merece ser registado nos anais da arquitectura praticada em Portugal, ou se, pelo contrário, corresponde ao fim da letargia da política nacional, despertando-a para a promoção da arquitectura e das paisagens construídas pelas comunidades locais, ou seja, para a promoção da *Baukultur* em Portugal. Neste aspecto, o futuro é já amanhã: no próximo dia 30 de Outubro reúne-se em Lisboa o grupo de peritos que irá fazer o ponto de situação sobre a implementação da Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis. Então se verá o que é que a presidência portuguesa do Conselho da UE efectivamente aproveitou do Fórum de Matosinhos.

O Fórum em números

O Fórum reuniu cerca de 150 participantes, provenientes de 24 países diferentes, dos quais se incluem nacionalidades de 21 Estados Membros da União Europeia e de três países fora da União: a Croácia, a Turquia e a Noruega. A distribuição dos participantes pelos três pilares do Fórum foi, grosso modo, a seguinte: 45% provenientes de organismos governamentais (ministérios, direcções gerais ou institutos públicos), 35% de associações ou ordens profissionais e, por fim, 20% de entidades culturais, universitárias e outras.

FERNANDO GONÇALVES, JOÃO FERREIRA BENTO

Para saber mais:
www.arquitectos.pt,
www.efap-fepa.eu



CONSELHO INTERNACIONAL DOS ARQUITECTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA ENCONTRO SOBRE O FUTURO E X ASSEMBLEIA GERAL

MATOSINHOS, 13 E 14 DE OUTUBRO

Com a conclusão do «Encontro sobre o Futuro do CIALP» em Matosinhos encerra-se um período importante para o CIALP em que Portugal desempenhou por várias vezes papéis fundamentais. Estiveram presentes delegados de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, São Tomé, Moçambique, Macau e Goa, faltando apenas a presença de Timor de forma a completar o universo lusófono. No encontro estiveram ainda alguns membros históricos nacionais que têm contribuído para a continuidade do CIALP ao longo de quase 16 anos de actividade.

Foi importante para o (re)encontro dos delegados os vários dias de convívio e de diálogo, permitindo um primeiro dia de trabalhos com algumas conclusões essenciais para a Assembleia Geral. É de notar a presença de elementos de ambas as listas candidatas aos órgãos sociais da Ordem, que visa uma ligação efectiva entre os vários intervenientes no CIALP e os futuros membros do Conselho Directivo Nacional. Não houve infelizmente muita participação nacional, estando presentes apenas alguns associados com alguma experiência profissional neste espaço lusófono e particularmente interessados no que o CIALP pode proporcionar enquanto espaço comum de exercício profissional.

Uma primeira conclusão sobre este encontro prende-se com a sua institucionalização, assumindo-se inequivocamente a sede da Ordem como sede social do CIALP. O registo do CIALP assume-se deste modo como uma prioridade, cabendo a Portugal (Arq. António Reis Cabrita) liderar o processo de revisão dos estatutos e a sua adaptação à legislação nacional. Dentro deste quadro mantém-se o sistema normal das reuniões e/ou encontros temáticos pelos vários países do CIALP.

Uma segunda conclusão prende-se com os projectos que foram organizados segundo temas: informações (site e boletim electrónico) de carácter genérico de responsabilidade da Junta Directiva, sendo abertas áreas temáticas locais de acesso às várias ordens profissionais; relação entre as faculdades de arquitectura visando o

estudo do ensino, unidades curriculares base, e um diálogo entre os vários cursos e permitir o trânsito de estudantes; formação profissional complementar que se assume como necessária de desenvolver para uma melhor prestação profissional; relações do CIALP com as entidades externas: UIA, CLP, ACE, DoCoMoMo, ICOMOS e UNESCO (entre outras). Pretende-se ainda avançar com um prémio cuja coordenação está a cargo do Arq. Francisco da Silva Dias.

Da X Assembleia Geral surge uma nova Junta Directiva, composta por três membros, quatro representantes de regiões e ainda três directores de áreas temáticas. Assim o novo presidente é o Arq. António Gameiro (Angola), a secretária-geral a Arq. Maria José Feitosa (Brasil) e o secretário financeiro o Arq. Cipriano Fernandes (Cabo Verde). Os vice-presidentes regionais são para a Europa o Arq. Reis Cabrita (Portugal), para o Índico o Arq. Mário do Rosário (Moçambique), para o Atlântico o Arq. Haroldo Pinheiro (Brasil) e para o Oriente o Arq. Rui Leão (Macau). As futuras três directorias - Informação, Relações profissionais, Informação Técnica - ainda não estão definitivamente atribuídas.

Em conclusão, prevê-se que o CIALP tenha uma continuidade e uma renovada direcção que potenciará novos desempenhos e novas potencialidades ao nível da lusofonia e no campo internacional. Preocupa-me pessoalmente uma junta excessivamente alargada e alguma indefinição nos conteúdos. Julgo particularmente preocupante não ter havido uma renovação alargada dos membros activos do CIALP. Contudo, com uma posição optimista, sou levado a pensar que as potencialidades e as oportunidades que o CIALP representa podem vir a ter o sucesso que imagino, que a Ordem tanto deseja e que os arquitectos deste espaço tanto necessitam.

Foi indispensável o apoio do AICEP e da Fileira dos Materiais de Construção, particularmente a REGER e a LABICER, que proporcionaram excelentes visitas técnicas às respectivas fábricas aos participantes no encontro.

Bons ventos para o CIALP.

PEDRO GUILHERME

BREVE HISTORIAL

Tendo sido sentido no seio da Ordem dos Arquitectos, então Associação dos Arquitectos Portugueses, o grande interesse para a melhor organização e desenvolvimento da profissão e da cultura arquitectónica nos países lusófonos foi realizado em Março de 1990 o 1º Encontro de Lisboa dos arquitectos de língua portuguesa, com a presença dos países então independentes, onde foi aprovada por unanimidade a criação próxima de um organismo internacional com essas finalidades.

Após a discussão e maturação dos respectivos Estatutos foi em 29 de Junho de 1991 aprovada em Lisboa a formação do CIALP, Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa, com a presença de arquitectos representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe.

Em 1993, na Assembleia Geral da Cidade da Praia, foi aprovada a candidatura de Macau para a entrada neste Conselho Internacional como membro de pleno direito, atendendo à existência no território de uma associação profissional independente e reconhecida pela União Internacional dos Arquitectos. Em 1999, na Assembleia Geral de Macau, após candidatura feita nesse sentido pelo seu arquitecto delegado, foi Timor-Leste admitido como membro. Com estatuto de observador tem o território de Goa sido representado em algumas actividades.

Congrega o CIALP cerca de 100.000 arquitectos, representados pelas respectivas Ordens ou Associações nacionais, num universo populacional de 200 milhões de pessoas. Honra-se este Conselho de ter sido um dos percursores da CPLP - Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, importante comunidade de um espaço cultural afim e ao mesmo tempo plural, de afirmação do conjunto dos Países que o constituem.

O objectivo principal do CIALP, conforme estabelecem os seus Estatutos, é o de apoiar a solidariedade e incentivar o intercâmbio cultural e profissional entre as associações nacionais e respectivos membros desta importante comunidade, e é dirigido por uma Junta Directiva, até à Assembleia de Matosinhos, composta por três elementos eleitos

em Assembleia Geral, sendo cada País ou Região representado por dois Delegados indicados pelas respectivas Ordens ou Associações.

A sua sede é em Lisboa, destacando-se de entre outras actividades, os seus Encontros periódicos acompanhados por exposições, visitas técnicas guiadas e seminários para discussão de temas candentes ligados à profissão.

Realizaram-se tais Encontros sucessivamente em Portugal (Lisboa - 1991), Cabo Verde (Cidade da Praia - 1993), Portugal (Lisboa - 1994), Brasil (Salvador - 1995), Guiné-Bissau (Bissau - 1996), Angola (Luanda - 1998), Macau (Macau - 1999), Moçambique (Maputo 2001) e Brasil (Rio de Janeiro - 2003).

O 10º Encontro realizou-se em Portugal (Matosinhos) em Outubro 2007, na sequência de um evento mais alargado, o Fórum Europeu de Políticas de Arquitectura, também aí realizado.

Possui o CIALP desde Julho de 1994 uma publicação noticiosa periódica, o Boletim CIALP, para facilitar e incentivar a comunicação e informação entre os seus membros, tendo sido editados até à presente data 32 números.

Atendendo à duração prevista nos Estatutos para os mandatos dos elementos da Junta Directiva e à necessidade de garantir a continuidade de um conhecimento adquirido nas orientações deste Conselho Internacional, existe, também estatutariamente, um corpo de Conselheiros presentemente formado pelos antigos Presidentes, composto pelos Colegas Francisco Silva Dias (Portugal), Frederico Hopffer Almada (Cabo Verde), João Honório de Mello Filho (Brasil) e José Silva Carvalho (Portugal). Outros países têm tido também presença nas Juntas Directivas do CIALP, a nível da Vice-Presidência e (ou) da Secretaria Geral, como Angola e Guiné-Bissau.

A Junta Directiva que foi substituída na X Assembleia Geral Eleitoral de Matosinhos era constituída pelos seguintes Membros: Presidente - Mário António do Rosário (Moçambique), Vice-Presidente - Domingos Fernandes Gomes (Guiné-Bissau) e Secretário Geral - António Reis Cabrita (Portugal).

JOSÉ SILVA CARVALHO

ENCONTRO DE POLÍTICAS DE ARQUITECTURA E DA PAISAGEM I - EPAP'07

26 OUTUBRO, SEDE NACIONAL

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Assembleia da República em sessão plenária de 5 de Julho de 2007, entre outras medidas, estabelece a criação de uma Política Nacional de Arquitectura, já existente em outros países da União Europeia, nomeadamente França, Finlândia ou Luxemburgo, conforme temos vindo a divulgar neste boletim. O primeiro Encontro de Políticas da Arquitectura e da Paisagem que teve lugar no passado dia 26 de Outubro, integrado no programa de celebrações do Dia Mundial da Arquitectura 2007 e na sequência da organização do Fórum Europeu de Políticas de Arquitectura pela Ordem dos Arquitectos, foi a primeira iniciativa nacional de reflexão e debate de temas essenciais para implementação do PNPOT.

O PNPOT contempla as directrizes e orientações fundamentais de um modelo de organização espacial que terá em conta o sistema urbano, as redes, as infra-estruturas e os equipamentos de interesse nacional, bem como as áreas estratégicas em termos agrícolas, ambientais e patrimoniais, em relação às quais o papel dos arquitectos se afigura como essencial, em articulação com «políticos» e outros técnicos. O PNPOT deverá também servir de referência aos programas operacionais no âmbito do actual quadro de apoio comunitário, em vigor entre 2007 e 2013.

No Encontro debateu-se o papel da Arquitectura e da Paisagem no desenvolvimento regional, no território turístico e nas boas práticas de ordenamento por parte dos municípios portugueses, contando com a participação de responsáveis políticos e técnicos de diferentes organismos - Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Turismo de Portugal, Secretarias Regionais de Turismo da Madeira e da Economia do Açores, e diversas Autarquias - e profissionais de diferentes formações - arquitectos, geógra-

fos, paisagistas, engenheiros, entre outras - tendo sido uma oportunidade de confronto sobre a necessária articulação entre os sectores que convergem no território nacional (ver programa completo em www.arquitectos.pt)

No final, na sessão de encerramento presidida pelo Secretário de Estado da Administração Local, Dr. Augusto Cabrita, foram apresentadas as Conclusões do Encontro, sínteses dos 3 painéis de debate:

1. Ao planeamento territorial do país não devem corresponder apenas vontades públicas e técnicas, mas também uma expressão mais vasta dos valores de ordem ética e estética na gestão regional e sobretudo autárquica do território;

2. Assiste-se a uma dificuldade de compatibilizar o tempo do planeamento com o tempo político e dos investimentos. Não é possível trabalhar o ordenamento do território com estes prazos e sem que os prazos dos planos, em particular, sejam mais flexíveis;

3. Urge criar mecanismos de conformidade e eficácia do planeamento com a gestão do território, porque o conjunto de motivações dos intervenientes é diferente, desde os técnicos planeadores até aos agentes políticos autárquicos;

4. A propósito da variante em estudo no quadro do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, prevendo uma alternativa para o aeroporto da Ota, a decisão política quanto à localização dos grandes projectos nacionais deve atender aos estudos do ordenamento;

5. Mantém-se os receios clássicos associados ao sector do Turismo, enquanto consumidor de paisagem e predador de território e do risco de massificação daí decorrente;

6. O Turismo de qualidade depende ele próprio da qualidade urbana e da qualidade da paisagem;

7. Nestes termos foi enfatizada a necessidade de definir estratégias coerentes e concertadas entre os diversos actores com intervenção no território e na paisagem, bem como a necessidade de promover políticas de requalificação, renovação e revitalização do tecido urbano e paisagístico;

8. Estas estratégias são vitais para a Paisagem, a Arquitectura e para o Turismo, enquadrando e orientando a ocupação do território, tendo presente que o Turismo (fenómeno) procura, cada vez mais, destinos diversificados, quer do ponto de vista paisagístico, cultural e patrimonial, associado a novas experiências, não esquecendo que a Arquitectura, ela própria, é uma actividade geradora de fluxos de visitantes e turistas;

9. É possível construir em qualquer lugar, dependendo da sustentabilidade e da qualidade do projecto;

10. Realçar a importância dada ao nível municipal às questões que directa ou indirectamente se relacionam com a qualidade da Arquitectura e da Paisagem;

11. Ficou bem expresso nas comunicações relativas a uma revisão de um PDM e a um Plano de Reabilitação Urbana de um centro histórico, que a Arquitectura e a Paisagem podem e devem ser integradas nas estratégias e na gestão territorial ao nível local;

12. Dar início, a partir de 2009, ao Fórum Nacional das Políticas Urbanas, com periodicidade bienal.

LEITURAS



A ARQUITECTURA NA ESCRITA

CATÁLOGO DE FONTES BIBLIOGRÁFICAS 1938-2007

Editores: Ana Vaz Milheiro, João Afonso, Jorge Nunes
 Texto: Ana Isabel Ribeiro
 Edição: Ordem dos Arquitectos
 Dimensões: 19x26cm, 128 p.
 Lisboa, Novembro 2007
 ISBN 978-972-8897-26-0
 PVP (IVA incluído): €10

«A Arquitectura na Escrita, Catálogo de Fontes Bibliográficas 1938-2007» reúne a produção impressa produzida pelas diversas estruturas corporativas relacionadas com a profissão, desde o período do Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA) até à Ordem dos Arquitectos (OA), passando pela Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP). O principal objectivo é divulgar o nosso património teórico. Desde 1938, com a edição da revista oficial do SNA, que as organizações ligadas à prática procuram intervir na cultura arquitectónica nacional a partir da escrita. Alguns dos textos fundamentais da arquitectura portuguesa recente tiveram origem nos meios associativos ou, pelo menos, a sua divulgação a estes ficou associada. Uma primeira análise revela algumas linhas editoriais dominantes que foram prevalecendo ao longo dos anos.

As poucas publicações do SNA ajudaram a fixar os «temas» editoriais futuros, ao reproduzirem actas de reuniões importantes (encontram-se neste âmbito as actas do Congresso Nacional de Arquitectura de 1948) ou trabalhos de campo inéditos (como a *Arquitectura Popular em Portugal*). Estas duas obras possuem hoje estatuto «mítico». Por outro lado, à medida que as edições se «especializam», tornou-se mais fácil reconhecer os seus conteúdos. Os catálogos reflectem eventos promovidos dentro das estruturas corporativas: exposições, concursos, prémios; as monografias divulgam trabalhos originais de investigação; os periódicos, como o *Boletim Arquitectos* ou o *JA*, contribuem para acentuar o instinto corporativo. A reedição de algumas das obras esgotadas prova a sua relevância enquanto conjunto. Como exemplo da qualidade desta produção, reeditam-se também 17 textos. Neles é possível detectar a evolução do pensamento disciplinar e da sua aplicação na prática quotidiana da arquitectura. Acrescenta-se ainda um artigo inédito da historiadora Ana Isabel Ribeiro que sintetiza toda esta «história».

(Excerto adaptado do prefácio assinado pelos editores)

As mais recentes edições da OA foram produzidas no âmbito de uma parceria para a promoção e divulgação da *Arquitectura Portuguesa* com a TECHNAL



ARQUITECTURA POPULAR DOS AÇORES

2.ª EDIÇÃO

Autores: Ana Tostões, Filipe Jorge Silva, João Vieira Caldas, José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro, Nuno Barcelos, Vítor Mestre
 Coordenação: João Vieira Caldas
 Edição: Ordem dos Arquitectos
 Dimensões: 22x28,5cm, 560 p.
 Lisboa, Outubro 2007
 ISBN 978-972-8897-23-9
 PVP (IVA incluído): €60

«É das casas que guardamos memória quando fechamos o livro, casas isoladas ou na paisagem inconfundível das ilhas, desertas ou com os seus moradores à porta, mas sempre as casas. Tão sólidas mas ao mesmo tempo tão frágeis, tão antigas mas ao mesmo tempo novas, tão próximas do oceano e tão distantes do mar, como só imaginamos ser possível nos Açores» diz Helena Roseta no prefácio desta 2.ª edição da *Arquitectura Popular dos Açores*, cuja primeira edição, já esgotada há alguns anos, é de 2000. Este livro sintetiza e analisa o trabalho de levantamento da arquitectura popular das nove ilhas dos Açores, na esteira e à semelhança do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*, lançado pela Direcção da então Associação dos Arquitectos Portugueses em 1981 e realizado em duas campanhas no terreno nos anos de 1982 e 1983. A sistematização e fixação em livro desse inventário, iniciado em 1984, terminaria em 1999, por uma equipa de autores constituída por Ana Tostões, Filipe Jorge Silva, José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro, Nuno Barcelos, Vítor Mestre e João Vieira Caldas, que coordenou a edição do livro. Profusamente ilustrado por fotografias e desenhos o livro está organizado por ilhas, descrevendo a ocupação do território, a arquitectura de produção e a habitação. A realização do levantamento não teria sido possível sem o Governo Regional dos Açores, que mais uma vez tornou possível esta edição. Nas palavras do Presidente do Governo Regional, Dr. Carlos César, esta obra é um «apreciável instrumento para a eficaz concretização» dos «desafios à conservação deste notável património (a arquitectura popular dos Açores), quer pela via da sua qualificação através da melhoria das condições de habitabilidade e uso, quer pela sua refuncionalização enquanto estruturas com evidente mais-valia.» (in prefácio à 2.ª edição).



PERSONALIZAR A HABITAÇÃO EM SÉRIE

UMA GRAMÁTICA DISCURSIVA PARA AS CASAS DA MALAGUEIRA DO SIZA

Autor: José Pinto Duarte
 Edição: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia
 Colecção Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas
 Dimensões: 16x23cm, 530 p.
 Lisboa, Julho 2007
 ISBN 978-972-31-1181-1

O livro é à tese do autor defendida no MIT em 2001 e agora editada conjuntamente pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A tese propõe um processo de prover habitação em série personalizada baseado em sistemas de projecto e produção assistidos por computador. O objectivo é prover habitação de elevada qualidade a custos controlados. Tradicionalmente, quando um arquitecto é confrontado com o problema de conceber um grande empreendimento, a solução é projectar um número limitado de tipologias e depois repeti-las com base em estudos de mercado. O processo proposto ambiciona ultrapassar as limitações desta abordagem através do recurso às novas tecnologias para evitar o uso exaustivo de repetição para controlar o custo. A ideia é dotar a habitação em série de qualidades associadas a habitações concebidas individualmente.

O processo inclui um programa interactivo para a geração de soluções e técnicas de realidade virtual e de prototipagem rápida para a sua visualização. A geração compreende dois passos: primeiro, é gerada uma descrição da habitação a partir de dados do local e da família, de acordo com a regulamentação sobre habitação; e segundo, é gerada uma solução 3D correspondente à descrição numa determinada linguagem de projecto. Uma vez obtida a solução, o cliente pode encomendá-la directamente à fábrica. A encomenda inclui uma lista de componentes necessárias à sua construção e informação digital para o seu fabrico assistido por computador. Por fim, as componentes são transportadas para o local e montadas. O processo é exemplificado com o caso das casas projectadas por Siza Vieira na Malagueira em Évora. O novo processo permitiria alcançar um dos princípios do Programa SAAL: a participação do utilizador no projecto e construção das suas casas ou, segundo Siza diz na nota introdutória do livro, «o retomar de um processo participativo interrompido, por preconceito e por comodismo, após a curta experiência dos anos 70». O livro é prefaciado por William Mitchell, professor do MIT e orientador da tese.

Mais informação em <http://www.f.a.utl.pt/~jduarte/malag>



OS FANTASMAS DE SERRALVES

Autor: André Tavares
 Colecção Equações de Arquitectura
 Edição: Dafne Editora
 Dimensões: 15x22,5cm, 328 p.
 Porto, Novembro 2007
 ISBN 978-989-95159-5-6
 PVP (IVA incluído): €19

É desnecessário reforçar a importância de Serralves no panorama cultural português. Não apenas no âmbito museológico ou da arte contemporânea mas também pelo significado do edifício do Museu projectado por Álvaro Siza. Porém, não menos importante, é o fascinante conjunto de jardins e casa original, no contexto da qual se inseriu o novo museu. A casa e os jardins foram construídos por Carlos Alberto Cabral à maneira das *villas* da aristocracia francesa. Com a agilidade de Marques da Silva, o seu arquitecto, conseguiu articular contributos de outros três arquitectos de destaque em Paris: Jacques-Émile Ruhlmann, Charles Siclis e Jacques Gréber. Exemplar notável das práticas de construção de luxo entre as exposições de Paris de 1925 e 1937, Serralves sintetiza uma ambição de liderança social e espiritual que acompanhou o debate das vanguardas europeias. Durante muitos anos o seu encanto residiu na inacessibilidade de um conjunto privado e misterioso, habitado pelos fantasmas de *meninos, lindas senhoras ou industriais ricos e cosmopolitas*. Este livro inédito, com base em materiais de arquivos do Porto e Paris, analisa a biografia dos arquitectos franceses e acompanha em detalhe as peripécias, indecisões, avanços e recuos da obra de construção da casa para que seja possível, descomplexadamente, gozar o sol da primavera e da leitura nos jardins públicos de Serralves. O livro inclui o texto *Fragments de uma biografia inacabada*, por José Salgado, e é extensamente ilustrado com desenhos de estudo do projecto e fotografias da obra. André Tavares (Porto, 1976) é arquitecto pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (2000). Em 2005 publicou o livro *Arquitectura antituberculose, trocas e tráficos na construção terapêutica*.



TEXTOS DATADOS

Autor: Alexandre Alves Costa
 Desenho da capa: Alexandre Alves Costa
 Edição: e|d|arq - Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
 272 p.
 Coimbra, 2007
 ISBN 978-972-99821-4-9
 PVP (IVA incluído): €16

A publicação compila um conjunto de 40 textos escritos nos últimos 30 anos, que se encontram dispersos em revistas ou livros, contendo ainda alguns inéditos. A selecção de textos está organizada por quatro temas: Arquitectura Portuguesa, Arquitectos, Obras, Cidades e Porto, Escola do Porto, Ensino, onde se traça uma leitura da história da arquitectura dos últimos trinta anos. Escreve o autor na introdução: «*Sinto que, através deste livro, posso documentar uma das muitas formas de ser arquitecto. Para mim, e certamente para muitos outros, o exercício profissional puro nunca foi encarado como separado da vida, numa permanente tentativa de me situar nas vicissitudes do século, como cidadão e como docente - com as incoerências e incompletudes que obviamente acarreta, nos diversos terrenos de intervenção, este permanente e heterodoxo descentramento, centrado numa espécie de invisível fidelidade estrutural.*

A fidelidade nunca me pediu uma ciência, uma estética, ou uma teoria. Pediu-me a inteireza do ser, uma consciência mais funda do que a inteligência, uma verdade mais pura do que aquela que posso controlar. Tem sido a convivência com as coisas, a participação no real, o encontro com as vozes ou com as imagens. E não falo de uma vida ideal, mas sim de uma vida concreta, ressonância das ruas, das cidades, sombra dos muros, respiração da noite. Por isso, é de tempos datados que falarei.»

Alexandre Alves Costa é arquitecto, professor catedrático da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e professor catedrático convidado do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.



TAIPA NO ALENTEJO

Autor: Mariana Correia
 Prefácio: Paul Oliver
 Preâmbulo: Hubert Guillaud
 Colecção *Arquitectura Tradicional*
 Edição: Argumentum
 Dimensões: 19x32cm, 176 p.
 Lisboa, Setembro 2007
 ISBN 978-972-8479-50-3
 PVP (IVA incluído): €30

O Alentejo é uma extensa região onde a cultura e tradição construtivas eram marcadas pela corrente utilização da terra. A forte predominância de solos com limo e argila, o que levou o geógrafo Orlando Ribeiro a designar a região sul do país como a 'civilização do barro', traduzia-se pelo frequente uso de técnicas construtivas específicas, tal como a taipa, o adobe ou o tabique.

Na obra agora publicada, fruto da dissertação de Mestrado da arquitecta Mariana Correia, a taipa é estudada de forma técnica e sistematizada após a análise das várias tipologias da arquitectura popular da região. Mais de 200 fotografias, dezenas de desenhos e mapas completam este estudo inédito.

Da mesma colecção, tinha sido já lançado *Arquitectura de Terra em Avis*, da autoria da arquitecta Inês Fonseca, no âmbito do 5.º Seminário de Arquitectura de Terra em Portugal (ATP).

O 5.º ATP, organizado numa parceria entre a Associação Centro da Terra e o Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro, realizou-se de 10 a 13 de Outubro, em Aveiro. Estruturado em quatro painéis - Arquitectura e Ambiente, Materiais e Comportamento, Técnicas e Construção, Património e Conservação - reuniu cerca de 180 participantes de 17 países que apresentaram um total de 74 comunicações. As actas do 5.º ATP e do TerraBrasil 2006, num total de 70 comunicações apresentadas nestes dois seminários estão reunidas em outra edição Argumentum, *Terra em Seminário 2007*. Anuncia-se o 2.º TerraBrasil, em São Luís do Maranhão, para o Outono de 2008 e, decerto, novas edições Argumentum.



CONCURSOS

A DECORRER

CONCURSO PÚBLICO DE CONCEPÇÃO DE IDEIAS PARA O PARQUE MAYER, JARDIM BOTÂNICO, EDIFÍCIOS DA POLITÉCNICA E ÁREA ENVOLVENTE

Entidade promotora: Câmara Municipal de Lisboa.
As propostas devem ser entregues até 4 de Janeiro de 2008.

CONCURSO PÚBLICO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DA FUTURA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PORTIMÃO

Entidade promotora: Junta de Freguesia de Portimão
Concurso com assessoria técnica da OA-SRS. O prazo para a entrega das propostas para o concurso de remodelação da sede da Junta de Freguesia de Portimão foi prolongado até 6 de Dezembro e o acto público de abertura dos trabalhos tem lugar a 7 de Dezembro (às 10h30 na sede da Junta de Freguesia).

www.oasrs.org (Menu Concursos/Concurso para Junta Freguesia Portimão)

CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCEPÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO ROSSIO MARQUÊS DE POMBAL E LARGOS ADJACENTES, EM ESTREMOZ

Entidade promotora: Câmara Municipal de Estremoz
Concurso com o apoio técnico da OA-SRS. Os trabalhos podem ser entregues até 13 de Dezembro e o processo do concurso pode ser consultado nas Secções Regionais da Ordem.

CONCURSO PÚBLICO, NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA, PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE EQUIPAMENTOS E ARRANJOS EXTERIORES DA PLATAFORMA À SUPERFÍCIE, NA SEQUÊNCIA DO REBAIXAMENTO DA VIA-FÉRREA NO ATRAVESAMENTO DA CIDADE DE ESPINHO

Entidade Promotora: Câmara Municipal de Espinho, com Assessoria da OA-SRN.
Pelouro da Encomenda e Emprego | OASRN
Tel. 222 074 250. Fax 222 074 259.
concursos@oasrn.org

CONCURSO PÚBLICO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DO EDIFÍCIO-SEDE DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA INTERNACIONAL

Entidade promotora: Associação Médica Internacional
O processo do concurso pode ser descarregado em www.oasrs.org
(Menu Concursos/Concurso instalações da futura sede da AMI)

ARQUITECTURA EM LUGARES COMUNS

Organizado em conjunto pela Dafne Editora e pelo Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, «Arquitectura em Lugares Comuns» pretende ser um fórum aberto de debate sobre as problemáticas que envolvem a intervenção no território urbano contemporâneo. O projecto desdobra-se em quatro componentes: um concurso de ideias, uma exposição, um seminário e a publicação de um livro. O Concurso de Ideias Transições no Vale do Ave propõe premiar e debater soluções inovadoras para áreas inseridas no difuso do Vale do Ave. É um território que resulta de princípios de ocupação plurifuncionais – que misturam serviços, habitação, indústria

e agricultura – suportados numa extensa rede de infra-estruturas. Num contexto de mudança de paradigmas, não são apenas os lugares que mudam, devem mudar também as exigências de quem os muda e os próprios instrumentos da arquitectura. A inscrição é gratuita e deverá obrigatoriamente ser feita por correio electrónico e a entrega das propostas decorre até 21 de Janeiro 2008.
concurso@arquitecturalc.org
www.arquitecturalc.org

RESULTADOS

SALÃO IMOBILIÁRIO DE LISBOA PRÉMIOS PARA NÚCLEO HISTÓRICO DE OEIRAS

A equipa constituída pelos arquitectos Filipe António Carvalho de Almeida, Ana Raquel Martins de Almeida e Joana Brito Rocha de Lourdes Martins (do ateliê genoma urbano arquitectos, inaugurado em Setembro de 2006) em colaboração com Luís Ricardo da Conceição Chastre venceram o concurso de ideias «Intervenção no núcleo histórico de Oeiras».

O concurso, organizado pelo Salão Imobiliário de Lisboa e destinado a arquitectos com menos de 35 anos, pretendia recolher propostas para um terreno de pouco mais de 13 mil metros quadrados na zona histórica de Oeiras.

Os vencedores apresentaram um projecto que se centra na revitalização dos espaços tradicionais de uso colectivo, no desenvolvimento dos caminhos destinados aos peões e na defesa do património urbano.

O júri, liderado por Rolando Borges Martins, presidente da Parque Expo e que teve como representante da Ordem dos Arquitectos João Manuel Santa-Rita, atribuiu duas menções honrosas. A primeira, à equipa constituída por Pedro Paula Santos, Francisco Gutierrez Caseiro, Frederico Moncada e Maria Antónia Magalhães. E a segunda, aos arquitectos Marta da Felicidade Mateus Frazão, Filipe Edgar Vogt Lopes Rodrigues, Inês Barbosa Maia Vicente, Lara Camilla Pinho e Maria Alice Ferreira Paradinha.
Imagens do projecto vencedor em www.genoma-urbano.pt/

CONCURSO PÚBLICO PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

Entidade promotora: Instituto Politécnico de Lisboa
1º classificado – JLCC Arquitectos, Lda
2º classificado – 92, Arquitectos, Lda
3º classificado – Nuno Brandão Costa, Arquitecto, Unipessoal, Lda
4º classificado – Aripa, Ilídio Pelicano, Arquitectos, Lda
5º classificado – José Soares, Arquitecto, Lda

CONCURSO INTERNACIONAL DE ARQUITECTURA E ENERGIAS RENOVÁVEIS

O 1º prémio do Concurso Internacional de Arquitectura e Energias Renováveis, lançado pela «Technical Chamber of Greece» (TCG) e pelo «Work Programme on Architecture and Renewable Energy Sources» (ARES) da União

Internacional dos Arquitectos (UIA), foi anunciado a 24 de Setembro. O Prémio foi atribuído à equipa de arquitectos constituída por João Manuel Barbosa Menezes de Sequeira (arquitecto responsável) e pelos estagiários Ana Carina Bernardo Figueiredo, Marta João Pimenta Moreira e Pedro Miguel Fernandes Ferreira.

O objectivo do concurso foi o de recolher ideias construtivas inovadoras e exemplos de tipologias para abrigos bioclimáticos temporários para desalojados, em consequência de desastres naturais ou crises políticas, oferecendo-lhes condições de vida saudáveis, autonomia energética, água potável no respeito do ambiente e recursos locais. O projecto vencedor será exposto no Fórum de Atenas em Dezembro de 2007, e a entrega dos prémios irá decorrer durante o XXIIIº Congresso Mundial de Arquitectura da UIA, em Julho de 2008, na cidade de Turim em Itália.

Conheça o projecto em <http://www.arescompetition.com/>

PRÉMIO ENOR PORTUGAL

A «Casa do Gerês» (Vieira do Minho), de Maria da Graça Ribeiro e Roberto Ragazzi, e o «Centro de Saúde de Vila do Conde», da autoria de João Paulo Providência, foram as obras portuguesas vencedoras, *ex-aequo*, do Prémio Enor Portugal de Arquitectura 2007.

PRÉMIOS FAD 2007

O conjunto «Restaurante e Piscinas das Salinas» (Caminho das Trincheiras, Câmara de Lobos, Madeira), de Paulo David, obteve o Prémio na secção «Cidade e Paisagem».
<http://arquinfad.org/>

PRÉMIO MOBILIDADE 2007

Uma revisão menos cuidada no fecho da edição anterior «baralhou» as maquetas e plantas reproduzidas. Lamentando o sucedido junto dos autores e junto dos leitores, publicamos os dois trabalhos distinguidos com a Menção Honrosa e a Menção do Júri.



Menção Honrosa
Nuno Tavares da Costa



Menção do Júri
Maria Cristina Chicau;
João Carlos de Almeida e Silva

EUROPAN9

SECRETARIADOS REÚNEM NA CROÁCIA PARA AVALIAR PARTICIPAÇÃO Realizou-se em Zagreb, na Croácia, a reunião dos Secretariados European dos 23 países participantes. Além da análise do grau de participação no Concurso, a reunião teve dois outros objectivos principais: preparar a sessão do

Fórum das Cidades e dos Júris em Catania, Itália, onde se fará a avaliação comparativa das propostas pré-seleccionadas pelos júris; e discutir alterações a considerar para a edição seguinte do Concurso, a décima, nomeadamente a realização de *workshops* entre os vencedores e as Câmaras respectivas, logo na sessão de entrega dos prémios.



BONS NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO EM PORTUGAL

Foram recebidas 60 propostas para o Concurso em Portugal, distribuídas por Santo Tirso (24), Odivelas (24) e Loures (12), cidades para as quais se haviam inscrito respectivamente 47, 37 e 30 equipas. O número médio por sítio (20) e a proporção geral de 53% entre o número de inscritos e de entregas estão dentro da média europeia, o mesmo sucedendo quanto à proporção de concorrentes nacionais (78%) e estrangeiros (22%), considerando a nacionalidade do coordenador. Estes índices são ligeiramente melhores que os da sessão anterior do Concurso e proporcionalmente ao número de arquitectos do país, a percentagem de participação em Portugal é a 7ª melhor de entre os 23 países participantes.

EDIÇÃO E5

3.540 inscritos; 1.700 entregas; 56 inscritos/sítio; 27 entregas/sítio; 48%; 63 sítios

EDIÇÃO E6

3.900 inscritos; 2.100 entregas; 58 inscritos/sítio; 31 entregas/sítio; 54%; 67 sítios.

EDIÇÃO E7

3.750 inscritos; 2.010 entregas; 56 inscritos/sítio; 30 entregas/sítio; 54%; 67 sítios.

EDIÇÃO E8

3.116 inscritos; 1.618 entregas; 42 inscritos/sítio; 22 entregas/sítio; 52%; 74 sítios.

EDIÇÃO E9

3.227 inscritos; 1.753 entregas; 44 inscritos/sítio; 24 entregas/sítio; 54%; 73 sítios.

ESCOLHIDA A SHORTLIST DOS MELHORES TRABALHOS

Nos dias 12 e 13 de Outubro reuniu o júri que tomou as decisões inerentes às recomendações da Comissão Técnica e avaliou os trabalhos segundo o seu conteúdo conceptual e os seus contributos em termos de inovação reportados à temática geral do Concurso European9, «Urbanidade Europeia», com vista à escolha da *shortlist* dos que serão objecto de análise comparativa a nível europeu no Fórum de Catania. A *shortlist* é composta de aproximadamente 20% dos trabalhos entregues, sendo 4 propostas de Loures, 5 propostas de Odivelas e 5 propostas de Santo Tirso.



FORMAÇÃO CONTÍNUA

A SUL

Silvia Leiria Viegas, arquitecta
Tatiana Mourisca, arquitecta
Tel. 213 241 175/77
formacaocontinua@oasrs.org
formacao2@oasrs.org
Programas, fichas de inscrição e preço em www.oasrs.org (Formação/Contínua)

DÊ-NOS O SEU CONTRIBUTO

A OA-SRS está a preparar o plano de actividades de 2008 para o pelouro da formação. Agradecemos sugestões e contributos no que diz respeito às suas necessidades e preferências.

18 JANEIRO DIREITO DE AUTOR

A OA-SRS promove uma sessão de esclarecimentos sobre direito de autor, coordenada pelo assessor jurídico, Dr José Saraiva de Lemos, que pretende elucidar os arquitectos para as questões de Direito de Autor no âmbito do exercício da actividade profissional de Arquitecto.

21 JANEIRO REABILITAÇÃO URBANA

A OA-SRS organiza uma acção de formação sobre Reabilitação Urbana. Esta acção conta com a participação dos arquitectos José Aguiar e Ana Pinho. De acordo com Ana Pinho «a reabilitação urbana é um tema incontornável quer se fale de conservação e defesa do património, de desenvolvimento sustentado, de ordenamento do território, de qualificação ambiental ou de coesão social. É cada vez mais um instrumento-chave para a qualificação e desenvolvimento dos territórios construídos. (...) Esta acção de formação propõe-se fazer uma revisão crítica das práticas de reabilitação urbana em Portugal e da evolução do conceito, âmbito e objectivos de actuação da reabilitação urbana a nível europeu. Serão ainda focados os instrumentos de actuação que devem ser assegurados para garantir o sucesso das intervenções».

24 > 25 JANEIRO GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA (PROJECT MANAGEMENT) – FORMAÇÃO INICIAL E AVANÇADA

A OA-SRS repete duas acções de formação sobre Gestão e Fiscalização de Obra, com coordenação da arquitecta Helena Tiago. A acção avançada destina-se a quem já está familiarizado com o tema ou frequentou a formação inicial.

JANEIRO > FEVEREIRO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ACÚSTICA DE EDIFÍCIOS

Conforme deliberação do CDN, a OA-SRS apenas emite a declaração aos membros que frequentaram e obtiveram aproveitamento nas acções de formação em projecto de condicionamento acústico promovidas pela Ordem dos Arquitectos em parceria com a Sociedade Portuguesa de Acústica. A emissão da certidão (ao abrigo dos artigos 6º e 7º do Regulamento de Certidões em vigor) habilita os membros que frequentaram a formação e obtiveram

aproveitamento, a elaborar projectos de condicionamento acústico de edifícios.

Esta acção é organizada em parceria com a Sociedade Portuguesa de Acústica e decorre em formato pós-laboral. O formando deverá efectuar uma prova teórica (teste) e uma prática (execução de projecto) com resultado positivo, no final do curso, para que possa ficar habilitado a exercer a prática profissional no âmbito a que se propõe.

11 FEVEREIRO URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – REGIME JURÍDICO

15 FEVEREIRO INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL – REGIME JURÍDICO

18 > 19 FEVEREIRO PREPARAÇÃO E ELABORAÇÃO DE CONCURSOS

A NORTE

Teresa Cáliz/Bárbara Belo/Catarina Cadima
Tel. 222 074 250
formacao@oasrn.org
www.oasrn.org

17 JANEIRO ABERTAS INSCRIÇÕES CICLO DE MATERIAIS E TECNOLOGIAS – PORTGÁS/VULCANO

GÁS NATURAL + SOLAR = BOA CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA
A combinação do Gás Natural com a energia solar permite criar sistemas eficientes, limpos e de baixo custo energético para qualquer uso (aquecimento de águas, aquecimento central, climatização, etc.). A conjugação destas duas energias possibilita uma boa certificação energética. Nesta sessão vamos apresentar diferentes soluções de sistemas solares térmicos e analisar o desempenho do Gás Natural versus o da electricidade, como fonte de energia de apoio destes sistemas. Com uma duração de 2 horas, vai abordar-se: **Gás Natural** (a energia fóssil mais amiga do ambiente: características da matéria-prima e dos produtos de combustão; Instalações de gás: características técnicas e condicionantes decorrentes da integração com o solar); **Soluções Solares Térmicas** (Enquadramento Legal Nacional: Eficiência Energética de Edifícios; Diferentes Soluções Tecnológicas de sistemas Solares Térmicos para os vários segmentos de mercado (habitações unifamiliar e multifamiliar, edifícios de serviços, indústria ou com Sistemas Centralizados de Produção de Energia); **Certificação Energética de Edifícios – o Gás versus a Electricidade** (Certificação Energética de Edifícios; Parâmetros que definem o desempenho energético de um Edifício; Caso prático: Gás Natural versus Electricidade, como fonte de energia de apoio a Sistemas Solares Térmicos de produção de Águas Quentes Sanitárias).



AQUI ESTAMOS!

ACTO PÚBLICO DA TOMADA DE POSSE DOS ÓRGÃOS NACIONAIS 2008/2010

Finalmente, aqui estamos!

Aqui estamos, mandatados pelo voto claro, fortemente maioritário e expressamente inequívoco dos arquitectos, na certeza de que o exercício da livre escolha, bem como o respeito pela legitimidade e resultados deste exercício, são dos pilares mais fundamentais da democracia e da nossa república, bem como da longa tradição de luta democrática e de serviço ao bem-comum dos arquitectos portugueses.

Aqui estamos, apesar de já tanto tempo passado sobre as eleições da OA a 18 de Outubro, sinal dos muitos constrangimentos e adversidades do processo eleitoral que em nada dignificam quem os provocou e quem não soube, não pode ou não quis distinguir o fundamental do acessório, ou o interesse colectivo da nossa Ordem de outras ordens de interesses, o que, diga-se de passagem, mais não fez do que reforçar a nossa determinação e a nossa convicção.

Aqui estamos, porém, com a humildade de quem venceu e sabe vencer, e de quem, neste preciso momento, estende a mão aos que não venceram, na certeza de que a Ordem é de todos os arquitectos, de que é para todos que nos propomos trabalhar e servir, e de que é com todos que poderemos enfrentar, nos próximos 3 anos, os difíceis desafios da Arquitectura e da nossa profissão em Portugal.

Aqui estamos, por isso, para iniciar um Novo Ciclo na Ordem dos Arquitectos.

Um Novo Ciclo que não decorre de qualquer rejeição do passado, nem significa algum tipo de tabula rasa na Ordem dos Arquitectos. Bem pelo contrário. Orgulhamo-nos da sua curta história e do muito que foi feito nos últimos 10 anos, e orgulhamo-nos da longa e tantas vezes heróica aventura associativa dos arquitectos portugueses ao longo do século XX.

Permitam-me lembrar, entre tantos outros, Nuno Teotónio Pereira, Francisco Silva Dias, Pedro Brandão, Olga Quintanilha, Helena Roseta e Manuel Vicente, ou ainda e expressamente Fernando Távora, Daciano da Costa, Vítor Figueiredo ou Celestino de Castro.

De igual modo, estamos bem conscientes de que, na certeza desta nossa hora e do nosso expectável contributo, outros devires acontecerão e outros virão depois de nós, em simultâneo continuando e inovando a OA. É esta a grandeza das grandes instituições como a nossa, que cumpre hoje também recordar e celebrar.

Este Novo Ciclo reconhece, também, as fragilidades interna e externa do actual momento na Ordem dos Arquitectos.

Fragilidade interna, pois, decorridos dez anos e apesar de muito já feito, ainda é compreensivelmente escassa a infraestrutura orgânica nacional da OA, nomeadamente diante da dimensão, dos problemas e das expectativas dos já 15 000 arquitectos nela inscritos. Mas também, diga-se de passagem, pelos efeitos nefastos da excessiva litigância interna em que a OA se envolveu nos últimos tempos.

Fragilidade externa, pois os actos próprios da nossa profissão, inscritos no Decreto-Lei nº 176/98 de 3 de Julho que é o Estatuto da OA, aprovado pela Assembleia da República, correm hoje sérios e incompreensíveis riscos, nomeadamente no âmbito da nova Lei 116/X, já aprovada na generalidade pelo Parlamento, que substituirá o famigerado Decreto 73/73, bem como em recentes tentativas para limitar a actuação dos arquitectos no âmbito dos Projectos de Ordenamento e Planeamento Territorial e Urbano.

Ou seja, há que dizê-lo de forma bem clara, o nosso mandato enfrenta o evidente paradoxo de conciliar as fortes expectativas decorrentes do nosso programa, sufragado no passado acto eleitoral, com as baixas expectativas decorrentes do actual estado de coisas.

Porém, não desistimos e não desistiremos da plenitude do reconhecimento público da nossa profissão celebrado no nosso Estatuto, e de todos os actos próprios que lhe estão associados, do edifício ao espaço público e deste ao território. E não desistimos e não desistiremos, não tanto por mero e sadio corporativismo profissional, mas porque continua em causa a relevância da Arquitectura enquanto direito e bem-comum dos cidadãos portugueses, enquanto suporte indispensável ao seu habitar colectivo.

É por isto mesmo que, desde logo, defendemos a implementação de uma Política Nacional de Arquitectura pelo Estado Português, envolvendo o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, o nosso interlocutor privilegiado no Governo da República, bem como envolvendo os Governos Regionais e as Autarquias Locais.

E é também por isto mesmo que a Ordem dos Arquitectos estará mais presente no equacionar e na pública discussão dos grandes projectos de Obras públicas e privadas com evidente impacto territorial, assumindo-se como indispensável parceiro neste contexto e servindo, sobretudo, a cidadania.

Este início de um Novo Ciclo da Ordem dos Arquitectos será, pois, muito exigente.

Exigente, em face dos crescentes desafios colocados à Arquitectura e à nossa Profissão. Falamos das muitas alterações ao enquadramento profissional; ou das implicações de distintas dinâmicas do mercado, da encomenda e das oportunidades de trabalho; ou das diferentes e complexas naturezas dos territórios, programas e materialidades; ou, ainda, da expectável finitude de muitos dos recursos disponíveis; da emergência de novas questões da cidadania; da erosão do estado providência; ou da própria mundialização da existência e experiência humanas.

Novo, pela complexidade conjunta destes desafios, implicando outro protagonismo na defesa e promoção da Arquitectura e da nossa Profissão e, sobretudo, implicando outro imaginar na antecipação do futuro.

Para isso, travar-se-ão batalhas importantes em cinco áreas muito precisas, que informarão todas as principais actividades do Conselho Directivo Nacional nos próximos três anos.

■ A primeira área é a do Conhecimento e Qualificação. A afirmação da Arquitectura e da nossa Profissão implica estarmos – e demonstrar que estamos – cada vez mais aptos a responder positivamente a qualquer desafio ao exercício profissional, aprofundando os saberes científicos e profissionais em crescente aproximação e interacção multidisciplinar, e incentivando, deste modo, novas saídas profissionais.

■ A segunda, é a da Arquitectura. Arquitectura, não apenas como um direito dos cidadãos, como coisa cultural ou como redução ao edifício-objecto, mas defendendo-a e promovendo-a como recurso estratégico ao desenvolvimento socio-económico do nosso País, muito em particular nas políticas de ordenamento e planeamento territorial e urbano, das cidades e reabilitação urbana, ou de espaços públicos e sustentabilidade ambiental; mas, também, no âmbito das políticas e iniciativas de Obras Públicas e da própria Economia, avaliando e potenciando o investimento público e privado

nos territórios, ou melhorando o desempenho da construção civil e da promoção imobiliária, entre outros aspectos relevantes.

■ A terceira, é a da Profissão. Profissão que é ofício e prestação de serviços, mas que será também defendida e promovida como reserva especializada de know-how. Ou seja, a formação e conhecimentos específicos dos arquitectos, a sua adquirida capacidade – através do projecto – para antecipar cenários previsíveis, e a experiência acumulada nos diversos âmbitos e actos próprios do exercício profissional, entregam-lhes especial aptidão para imaginar o futuro, para equacionar sínteses multidisciplinares e para liderar equipas plurais, desde que com melhor regulação e enquadramento legislativo, e maior aproximação às fontes da encomenda e das oportunidades de trabalho, ou seja, com mais e melhor abertura e regulação da livre concorrência.

■ A quarta área é a da Organização. Entenda-se Organização da própria Ordem dos Arquitectos, cuja premissa implica tentar reaproximar os membros da sua instituição, criando condições crescentes de participação, proximidade e sustentabilidade. Para isso, desde logo, haverá que reequacionar criteriosamente a própria infra-estrutura e eficácia orgânica nacional da OA com os recursos disponíveis e a disponibilizar, bem como promover normas claras de conduta dos eleitos a par do aprofundamento de práticas sustentadas de gestão e administração, descentralização territorial a par de simplificação orgânica, e maior eficácia na comunicação a par de melhor oferta de serviços e benefícios socio-profissionais.

■ A quinta – e última – é a da Internacionalização. Em face da endémica escassez de recursos, falamos de uma geoestratégia clara, a médio e longo prazo, de afirmação e promoção da Arquitectura portuguesa e da nossa Profissão, bem como de um quadro contínuo e sustentado de implementação e integração em parcerias e redes, nomeadamente da União Europeia e da Lusofonia, apostando, para além da coisa cultural, na promoção junto dos mercados de trabalho emergentes e seus promotores.

Honramo-nos de que a Arquitectura proceda da própria origem da aventura humana e do seu habitar. Honramo-nos de pertencer a uma profissão muito antiga, com mais de 5.000 anos de história, e, ainda assim ou exactamente por ser assim, como bem atestam os nossos 15.000 membros, sempre tão jovem e tão capaz de equacionar, de imaginar e de construir os novos tempos ao longo do tempo. E não há maior honra que a de estarmos hoje aqui pela expressa confiança dos arquitectos portugueses, dos nossos companheiros de ofício, esperando continuar a merecer essa mesma confiança na missão de serviço público que hoje iniciamos.

Acreditamos – sempre acreditámos – que a Beleza pode salvar o mundo, não como algo inibidor da relação com o real, mas, pelo contrário, como algo que estimula a construção de um mundo melhor. A Arquitectura e a nossa Profissão desempenham, nesta construção, um importante papel. Esperamos estar também à altura deste essencial compromisso e desta justa responsabilidade. Faremos, poderão estar certos, o melhor que pudermos, na certeza de que quem faz o melhor que pode, faz o melhor que deve.

Hoje, dia 29 de Novembro, começa um novo Ciclo na Ordem dos Arquitectos.

Aqui estamos.

JOÃO BELO RODEIA
PRESIDENTE DA ORDEM DOS ARQUITECTOS



Luís Rocha

ÓRGÃOS NACIONAIS 2008/2010

De acordo com os resultados do Acto Eleitoral realizado em 18 de Outubro p.p., foram eleitos e tomaram posse no dia 29 de Novembro os seguintes arquitectos

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente Eduardo Souto de Moura
Secretário Fernanda Vara
Secretário João Cabral
Suplente Fernando Sanchez Salvador

CONSELHO NACIONAL DE DELEGADOS

Presidente João Pedro Serôdio
1 Luís Vilhena
2 Maria Teresa Mourão de Almeida
3 Nuno Grande
4 Margarida Grácio Nunes
5 João Paulo Castro Silva Bessa
6 Jorge Mangorinha
7 Jorge Figueira
8 Fernando Manuel Assunção Sequeira Mendes
9 Celina Adriano
10 Alexandre Alves Costa
11 António Serrano Santos
12 Paulo Durão
13 Manuel Henriques
14 Urbino Manuel da Costa Felício
15 João Appleton

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Presidente João Belo Rodeia
Vice-Presidente Ana Tostões
1 Tiago Monte Pegado
2 Paula Santos
3 Miguel Judas
4 Ana Silva Dias
5 Fernando Martins
6 Jorge Bonito Santos
7 Paulo Martins Barata
Suplente Nuno Sampaio
Suplente Ilídio Louro
Suplente Pedro Cortesão

CONSELHO FISCAL NACIONAL

Presidente Rolando Borges Martins
1 Vítor Mestre
2 Ana Magalhães
Suplente Ricardo Bak Gordon

CONSELHO NACIONAL DE DISCIPLINA

Presidente Manuel Correia Fernandes
1 Graça Correia
2 Pedro Partidário
3 Rui Rosado Correia
4 Carla Cabral
Suplente Pedro Moreira
Suplente Pedro Barradas

CONSELHO NACIONAL DE ADMISSÃO

Presidente Vítor Carvalho Araújo
1 Maximina Almeida
2 Patrícia Carvalho
Suplente João Vaz